

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em Gestão Escolar**

CARLA DOS SANTOS BANDEIRA

FAMÍLIA NA ESCOLA

PORTO ALEGRE

2015

Carla dos Santos Bandeira

FAMÍLIA NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica – Especialização em Gestão Escolar – 4.^a edição (2014-2015), na modalidade a distância, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Ivam Martins de Martins

Porto Alegre
2015

Agradeço primeiramente a Deus por me ajudar a superar todos os obstáculos e chegar até aqui, a minha família e amigos em especial a minha amiga e diretora Egláé Hipólito pela parceria, apoio e carinho, ao meu orientador Prof. Ivan Martins de Martins pela preocupação em tornar minhas ideias em um trabalho verdadeiramente científico e a todos os professores do curso que através de seus trabalhos me ajudaram a concluir esta trajetória com êxito.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise do projeto de intervenção que teve como foco a família e a gestão escolar. A escolha deste tema está diretamente relacionada com a proposta deste curso de gestão escolar, em que o principal objetivo foi o de implementar e qualificar a gestão democrática na escola pública. O campo de intervenção foi uma Escola de Ensino Fundamental do sistema municipal de Porto Alegre, onde nos últimos anos temos enfrentado problemas tais como: degradação do espaço físico; falta de envolvimento e participação da maioria das famílias; desinteresse, e desrespeito de parcela dos educandos; falta de participação coletiva nas decisões; baixa autoestima dos educandos; preocupação com o aumento da violência e a falta de segurança no entorno da escola; aumento no número de alunos com necessidades educativas especiais. Superar essas dificuldades cortejou um Projeto de Intervenção focado na relação Família-Escola, tema este discutido amplamente pelo coletivo da escola. Mais do que isso, o plano de intervenção teve sua atuação metodológica pautada pela pesquisa-ação e se realizou durante o período de dezembro de 2014 a início de junho de 2015 com o propósito de a médio ou longo prazo modificarmos o cenário atual. Este plano tem como principal objetivo implementar a participação da família no interior da Escola, construir uma gestão democrática focada na participação efetiva das famílias nos diferentes espaços do contexto escolar.

Palavras Chaves: Família. Escola. Participação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	06
2.1. Gestão Democrática.....	09
2.2. Conselho Escolar.....	11
2.3. Família e Escola.....	12
3 BASE METODOLÓGICA.....	15
4 AÇÕES ANALISADAS.....	22
4.1. Levantando o Problema.....	22
4.2. Atuando no Foco do Problema.....	25
4.3. Exercitando o Direito a Cidadania.....	27
5 CONSIDERAÇÕES	30
REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que teve como foco a família e a gestão escolar, a escolha deste tema está diretamente relacionada com a proposta deste curso de gestão escolar onde o principal objetivo é implementar e qualificar a gestão democrática na escola pública. O campo de intervenção foi uma escola de ensino fundamental do sistema municipal de Porto Alegre, a escola possui em torno de 1400 alunos, seu quadro docente é formado por 96 professores. Ela oferece 4 refeições por dia para os alunos, está classificada na tipologia GG, no que se refere ao tamanho. O PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola foi construído há três anos e está em fase de avaliação e aprovação pelo Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre.

A temática da intervenção - “Família e Gestão Escolar” - está subsidiada pelo referencial teórico apresentado no segundo capítulo deste trabalho que tem como objetivo construir uma gestão escolar, comprometida com a comunidade onde a escola está inserida, garantir a transparência e a participação das famílias nas decisões que estruturam a escola, valorizando os princípios da participação colaborativa, da autonomia, e do respeito à pluralidade e à diversidade.

No terceiro capítulo apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa deflagrada em conjunto com a equipe diretiva através das discussões durante as reuniões semanais, com o coletivo de professores da Escola dentro da pauta das reuniões pedagógicas semanais, com os conselheiros do Conselho Escolar, e com as famílias dos alunos da Escola nas reuniões de pais.

As estratégias utilizadas na aplicação dessa pesquisa são analisadas e apresentadas no quarto capítulo e tiveram como finalidade intensificar a participação das famílias no contexto escolar de forma consciente onde estas, reconhecendo os seus direitos, possam atuar de forma mais efetiva, ressignificando a relação família-escola.

No quinto capítulo apresenta-se as considerações finais apontando os resultados desta pesquisa, apesar destes não estarem totalmente concluídos, visto que implica em mudanças de comportamentos sociais e estes precisam de tempo para se evidenciar, pois precisam ser absorvidos consciente e paulatinamente pela cultura local, como parte da identidade desta comunidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO:

A partir de uma concepção de gestão escolar democrática participativa e das abordagens teóricas oferecidas por este curso de Gestão democrática, foram selecionados alguns teóricos com o recorte do tema da pesquisa: Relação Família-Escola e com uma metodologia baseada na Pesquisa-Ação.

Família e Escola são duas instituições que carregam em seu bojo a responsabilidade de prepararem os membros mais jovens da humanidade para sua inserção futura em nossa sociedade, de forma que estes sejam capazes de desempenharem as funções sociais que a estruturam. A escola, entretanto tem uma especificidade: a obrigação de ensinar conteúdos específicos das diferentes áreas do conhecimento humano.

Polonia & Dessen (2005) apontam que uma das tarefas mais importantes da escola, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Todos os dias estamos repensando “qual o papel da escola?”, já no século XIX Tolstói afirmava que “as escolas são organismos vivos em constante mutação”. E se acreditamos que todos são, em potencial, criadores de realidade, pode se afirmar que é fundamental questionarmos que realidade almejamos para nossas escolas.

A realidade almejada para nossas escolas devem ser traduzida através do PPP (projeto político pedagógico) documento identitário da escola que como Gadotti (1994) observa “fazer um projeto significa lançar-se para frente, antever o futuro”.

A construção do PPP da escola é um processo que passa por certa autonomia da mesma Veiga (2004, p.163), e de sua capacidade de configurar sua própria identidade. Para dar condições à escola de realizar bem seu papel social, deve-se procurar desenvolver a gestão democrática, através da participação direta dos principais interessados no que a escola tem a oferecer: os alunos, os professores, os pais, os funcionários desta escola.

A Escola precisa conhecer o seu público-alvo, saber o que a comunidade onde está inserida espera dela, este diálogo tem que ser constante e precisa ficar registrado para poder pautar e respaldar as ações que

se darão no dia a dia escolar, por isto a importância do Projeto Político Pedagógico ser elaborado com a participação de todos, para garantir o interesse de todos, que de acordo com Veiga:

Isso significa conceber a escola como espaço público, como lugar de debate, do diálogo fortalecido na reflexão coletiva. A escola, nessa perspectiva, é vista como uma instituição social inserida na sociedade capitalista, que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade. (VEIGA, 2004, p.163).

Diante disto não só é necessário, como é imperativo que se abra espaços participativos possibilitando que as famílias entrem na escola com outro olhar e estabeleçam uma relação de confiança mútua e parceria, isto é de corresponsabilidade pelo bem público. Esta participação da família nas questões pertinentes a escola não pode estar restrita apenas a concretização de tarefas, tais como, participar de mutirões de limpeza da escola, auxiliar nas festas, arrecadações de fundos, etc... Há a necessidade do envolvimento nas tomadas de decisões em diversos espaços da escola. Quando as famílias não se apropriam das decisões tomadas, as deliberações perdem o valor. Portanto nos apoiamos em Scheibe e Campos (2012), apud Silva e Flores (2014, p.167) ao dizer que a escola por se tratar de coisa pública, deve tornar sua gestão também pública.

As famílias são muito importantes no contexto escolar, mas conforme destaca Pacheco este estágio de responsabilização é uma conquista, um processo pedagógico de educação para a participação baseada em respeito. “É preciso construir estratégias para atrair as famílias, para que se percebam como parte integrante da escola bem como relevante no processo de gestão democrática” (PACHECO, 2013, p.98).

Apesar de estar na LDB e no ECA que as escolas têm o dever de se articular com as famílias e que os pais têm o direito de conhecer e participar do processo pedagógico e das definições das propostas educativas, nem sempre esse princípio legal é considerado, ainda há barreiras que geram conflitos na integração entre estes dois microssistemas.

Uma das dificuldades na integração família-escola é que a escola ainda não comporta, em seus espaços acadêmicos, sociais e de interação, os diferentes segmentos da comunidade nem tão pouco considera as diferentes configurações familiares que constituem a dinâmica das famílias das classes mais pobres, como nos faz lembrar Fonseca:

Devemos lembrar que não há receita para definir os membros relevantes de uma rede familiar. Essa pode ou não incluir consanguíneos (ascendentes, descendentes, colaterais etc.), parentes por casamento (sogros, cunhados, concunhados, padrastos, enteados etc.), padrinhos e compadres (não devemos esquecer que existem padrinhos em casa, de igreja, na família de santo, etc.), e simplesmente amigos que, depois de ter compartilhado uma experiência particularmente intensa, acabam se sentindo membro da família. (2005, p.s/nº)

Acredita-se que a mudança deste paradigma depende de uma transformação na cultura vigente da escola e que o projeto político-pedagógico poderia ser um dos meios para promover esta inserção.

A fim de motivar a participação da comunidade (família dos alunos), que apesar do direito legal é ainda um ponto nevrálgico nas escolas, se faz necessário inserir discussões durante o processo de construção do PPP de maneira a incluir a opinião das famílias no que diz respeito também a formas de avaliação adotadas, bem como as estratégias para superar as dificuldades presentes no processo ensino-aprendizagem.

Polonia & Dessen, (2005) afirmam que as escolas deveriam investir no fortalecimento das associações de pais e mestres, no conselho escolar, dentre outros espaços de participação, de modo a propiciar a articulação da família com a comunidade, estabelecendo relações mais próximas. Seguindo a mesma linha de pensamento Libâneo (2004) contribui:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento de objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (2004, p. 102).

A escola pública é um bem público que se destina a servir ao povo, oferecendo educação gratuita para a população, educação esta oferecida através de serviço público.

Os serviços públicos, incluindo a educação são dever do Estado e tem como objetivo beneficiar a sociedade, visto que é um serviço financiado pelos tributos pagos pelos cidadãos desta mesma sociedade. É com o dinheiro arrecadado pelos cofres públicos que a educação pública é mantida.

Sendo a escola pública um bem público, é correto afirmar que não só é direito como dever da comunidade escolar ser corresponsável por este bem.

2.1. Gestão democrática:

A palavra gestão tem sua origem do latim “*gestio*”, que quer dizer “*ato de administrar, de gerenciar*”, ou seja, a ação de gerir determinado órgão ou instituição tem como incumbência geral a administração, sendo que esta última se dá em diversos aspectos. O termo democracia surgiu na Grécia Antiga (*demo = povo e Kracia = governo*). Levando em consideração seu ponto de vista etimológico, a expressão “gestão democrática” evidencia a participação popular, isto é a comunidade escolar nas decisões relacionadas ao funcionamento da instituição escolar. O que caracteriza a gestão democrática é o fato de que a administração não fica centrada nas mãos de uma única pessoa, o gestor/diretor, descentraliza o poder em todas as suas dimensões, isto é, há uma copartilha do poder onde todos os interessados no processo educativo (professores, alunos, funcionários da escola, pais e toda a comunidade) podem contribuir tendo como objetivo a escola/educação como bem maior. Cury afirma que:

A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação, segundo a justiça. Nesta perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos. (CURY, 2005 p.14)

A prática da gestão democrática deve ter em seu princípio ideias de cooperação mútua, descentralização do poder, respeito aos direitos humanos, sociais, políticos e cidadania, promover a tolerância com relação a diversidade envolvendo marcadores sociais: (etnia, religião, cultura, gênero, etc), bem como buscar desenvolver as potencialidades dos envolvidos na educação, tendo como norte a qualidade no processo de ensino/aprendizagem.

A gestão democrática na administração escolar se caracteriza pela participação efetiva dos quatro segmentos da comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários – em todos os aspectos da organização escolar. Esta participação está diretamente implicada nas diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação) seja no que diz respeito à construção e implementação de projetos e processos pedagógicos quanto às questões de natureza burocrática, de pessoal, de patrimônio e financeira.

Esta modalidade de gestão está amplamente amparada pela legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 aponta a gestão democrática como um dos princípios para a educação brasileira sendo regulamentada por leis complementares: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional da Educação, conforme podemos ver nos artigos abaixo:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
[...] (BRASIL, 1988).

TÍTULO II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
[...] (BRASIL, 1996).

Art. 2º São diretrizes do PNE – 2011/2020:

[...]

X – difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. (BRASIL, 2010)

Para que haja gestão democrática é fundamental criar processos e instâncias deliberativas que a viabilizem, apesar da existência de legislações que amparam a construção de uma gestão descentralizada e colaborativa. É importante que a instituição escolar incorpore em sua cultura princípios da democracia e estabeleça relações interpessoais baseada na perspectiva do diálogo igualitário, da horizontalidade e do equilíbrio. Como nos aponta Cury:

A Constituição faz uma escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado, no qual se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo, que amplia o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões. Por isso mesmo, a cooperação exige entendimento mútuo entre os entes federativos e a participação supõe a abertura de novas arenas públicas de deliberação e mesmo de decisão. (2010, p.02)

O gestor precisa estar articulado com os pais, alunos, professores, funcionários e uma série de órgãos e instituições responsáveis pelos múltiplos aspectos envolvidos no desenvolvimento da educação, como o conselho escolar, a associação de pais e mestres e o grêmio estudantil.

O acompanhamento e a fiscalização dos recursos públicos aplicados na educação é responsabilidade de todos os cidadãos. Tanto o gestor como os cidadãos, precisam estar informados sobre quando e como os recursos destinados a educação estarão disponíveis e chegam à cidade e/ou escola. Os principais interessados (comunidade escolar) precisam participar das decisões sobre como, quando, quanto e em que pode ser investido o recurso financeiro, pois este é o princípio da transparência da gestão democrática. Zelar pela sua boa aplicação é tarefa de todos, direta ou indiretamente envolvidos com a escola, visto que as verbas destinadas à educação pública se originam da tributação paga pela sociedade, como já dissemos.

2.2. Conselho Escolar:

Conforme o Ministério da Educação os Conselhos escolares são:

Órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolares e locais, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. (BRASIL, 2004, p. 34)

Uma das formas de efetivar legalmente a participação da comunidade escolar na gestão democrática é através do ingresso no Conselho escolar. A Constituição Federal de 1988 apresenta no seu Artigo 206 os princípios que devem pautar o ensino nos Estabelecimentos da rede pública:

[...] a necessidade de “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes”. Dessa forma, cabe ao diretor da escola ou a quaisquer representantes dos segmentos das comunidades escolares e locais a iniciativa de criação dos Conselhos Escolares, convocando todos para organizar as eleições do colegiado. (BRASIL, 2004, p. 42)

E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no artigo 14 inciso II reforça:

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

II participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto, o conselho escolar é um órgão de representação da comunidade escolar. Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e constitui-se num espaço de discussão de caráter consultivo e/ou deliberativo e por que não dizer de vivência e aprendizado da democracia.

Ele não deve ser o único órgão de representação e tão pouco basta que esteja formalmente constituído, mas deve ser aquele órgão que congrega as diversas representações para se constituir em instrumento que, por sua natureza, criará as condições para a instauração de processos mais democráticos dentro da escola.

Um Conselho escolar atuante, participativo e bem articulado entre os representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, tem condições de construir uma identidade escolar e ressignificar o papel social da escola de forma que esta atenda às expectativas de sua comunidade.

Portanto, o conselho escolar deve ser fruto de um processo coerente e efetivo de construção coletiva.

A atuação do e no Conselho Escolar torna-se indispensável, para legitimar o processo de gestão democrática na escola.

O Conselho Escolar é, assim, um relevante organismo de articulação entre a escola e a sociedade. Desse modo, o exercício da participação do Conselho Escolar no cotidiano da escola concorre para a instalação de uma prática pedagógica e de uma cultura política democrática e cidadã. A participação é emancipatória, pois exercita a crítica, à medida que desenvolve a criatividade e, portanto, a transformação para um mundo mais humano. (BRASIL, 2008, p.45)

2.3. A Família e a Escola:

Ao refletir-se sobre as dimensões da inter-relação escola-família no âmbito da comunidade escolar, se faz importante marcar o conceito de família sobre o qual se vai aprofundar as discussões ao longo do trabalho, visto que segundo Fonseca(2005) “família não pode ser pensada da mesma forma em todo lugar, pois a própria noção de família varia conforme a categoria social com qual estamos lidando.”

Considerando o *modus operandi* das classes populares ao estabelecer relações pertinentes a laços familiares entre os indivíduos, nos apoiamos no estudo de Fonseca (2005) que prefere definir família sob a ótica das dinâmicas e das relações, em vez de optar por um modelo pré-definido. Assim sendo, para o propósito deste trabalho, entendemos como família aquela organização que tem por base:

[...] o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e

duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo). (FONSECA, 2005,p.s/nº)

Na intenção de potencializar de uma forma mais positiva a inter-relação dessa família com a escola, a gestão democrática se apresenta como sendo o caminho mais assertivo, visto que inclui a participação, a orientação, o diálogo e o respeito entre todos e de todos pela escola:

É indispensável que família e escola sejam parceiras, com os papéis bem definidos, onde não se pratica a exigência e sim a proposta, o acordo. A família pode sugerir encontros para a escola, não ficando presos somente às reuniões formais, pois além de ser um bom momento para consolidar a confiança, podem discutir juntos acerca dos seus papéis. A escola pode estimular a participação dos pais, procurando conhecer o que pensam e fazem e obtendo informações sobre a criança. (LOPES, 2009 p. 01).

Se nos pautarmos pelo que disse Lopes (2009), cabe à escola, buscar formas de envolver a família dos alunos em atividades escolares, bem como oportunizar uma atuação mais direta e efetiva nas questões que dizem respeito ao dia a dia da escola. É importante que a escola abra espaços de escuta, tente engajar a família e os demais membros da comunidade em movimentos pela e na escola como projetos, festas, etc. Paro (1997, p.30) nos diz que:

[...] a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano.

Sendo assim, a escola precisa encontrar formas de mobilizações e de organização dos alunos, dos pais e da comunidade, integrando os diversos espaços educacionais que existem na sociedade. Inicialmente o que a escola deve fazer é abrir espaço para a família na agenda escolar. No Parágrafo único do Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), está posto que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”, portanto envolver as famílias no cotidiano escolar já está prescrito na lei o que está faltando é efetivá-lo na prática. Família e escola são pontos de apoio ao ser humano, ambas precisam afinar seus discursos e aproximar os objetivos. Quanto melhor for a parceria entre as duas instituições, mais positivos serão os resultados na formação do educando. Vida familiar, vida escolar e sociedade são indissociáveis, o que nos permite citar o eterno mestre Paulo freire:

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção. Encará-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos. (FREIRE, 2000, p. 67).

Pretendendo uma melhor qualificação do processo educacional, e para isso a escola e a família devem unir esforços sendo importante que haja uma definição clara dos objetivos, conteúdos, metodologia e da avaliação escolar. Toda essa elaboração precisa ser feita com a participação e compreensão de todos os envolvidos e em consonância com a realidade social da comunidade. No tocante as relações sociais, é preciso que tanto a comunidade escolar, quanto as famílias fortaleçam as inter-relações, através de práticas respeitadas, ações eficazes e constante engajamento na luta por uma cidadania digna para todos os membros da comunidade. Nessa perspectiva, como bem diz Paro:

A escola por sua maior aproximação às famílias constitui-se em instituição social importante na busca de mecanismos que favoreça um trabalho avançado em favor de uma atuação que mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, em direção a uma maior capacidade de dar respostas aos desafios que impõe a essa sociedade. (1997, p.30)

Estreitar a inter-relação escola-família significa construir e desenvolver comunidades capazes de satisfazer necessidades básicas ao aspirar uma melhor qualidade de vida para as gerações futuras. Para isso precisa-se não só aprender sobre os princípios de convivência comunitária como também exercitar esses princípios por meio de relações mais frutíferas e compromissadas com o desenvolvimento educacional e social. Segundo Valenine:

A cidadania é o espaço para a realização das pessoas. É por meio de seu exercício que a sociedade pode reassumir seus rumos, redefinir sua organização e reorganizar suas atitudes e objetivos, para que sejam voltadas para o bem comum e para que se atualizem de acordo com as mudanças que vão ocorrendo. (1995, p. 7)

Nesse sentido promover a autonomia da escola como prática social e a participação direta e articulada de sua comunidade escolar se torna inevitável. A exposição de ideias, opiniões e sugestões, as decisões sobre as questões escolares e sobre os objetivos almejados pelos principais atores do cenário escolar, devem ser constantemente discutidos de forma igualitária com toda a comunidade escolar e a sociedade a que esta comunidade pertence.

Envolver as famílias nas ações pedagógicas significa valorizar o papel que ela tem e precisa desempenhar dentro da escola, não somente validando o que já está posto na lei, mas criando espaço para que a família e a escola possam tratar de questões de interesse comum, articulando os recursos institucionais de forma que as ações propostas possam servir de embasamento para que o desenvolvimento social se concretize através de práticas pedagógicas educativas e efetivas.

Ruíram os paradigmas da escola da gestão centralizadora e tradicional, a escola da gestão democrática tem o dever de ser a escola da cidadania para a sua comunidade.

3. BASE METODOLÓGICA

A presente Pesquisa é de natureza qualitativa, teve como propósito implementar algumas ações pertinentes ao tema de pesquisa: “Relação Família-Escola”, que tem por objetivo qualificar a participação das famílias no espaço escolar e por conseguinte levar esta participação a um maior envolvimento na gestão da Escola, tendo a Pesquisa ação como metodologia de trabalho.

Segundo Franco (2005 p.496) esta metodologia é “uma abordagem de pesquisa, com contextualização social, associada a uma estratégia de intervenção e que evolui num contexto dinâmico”, por isso não se caracteriza apenas como um instrumento científico, mas é também pedagógico, pois busca indicativos que respondam a questões pertinentes. É uma pesquisa com o objetivo de transformação participativa, onde ambos os lados (pesquisador e pesquisado) interagem a fim de produzirem conhecimento. Dentro de um processo de pesquisa-ação sustentado pela reflexão crítica coletiva, com vistas a emancipação dos envolvidos e das condições, que o coletivo considera, opressivas.

A pesquisa-ação oferece demonstrações em pequena escala sobre formas alternativas de governar as escolas e de concretizar o currículo. (Marques, 1996).

Segundo Thiollent (2002, p. 75 apud VAZQUEZ e TONUS, 2006, p. 2), “com a orientação metodológica da pesquisa-ação, os pesquisadores em educação estariam em condição de produzir informações e conhecimentos de

uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico”, o que promoveria condições para ações e transformações de situações dentro da própria escola.

Esta metodologia assegura que tanto o pesquisador quanto a comunidade escolar na figura dos pais, alunos, corpo docente e equipe diretiva possam interagir com o objetivo de mudar a atual realidade através de ações conjuntas dividindo não somente as atividades práticas, mas também as tomadas de decisões e elaboração de projetos educacionais com vistas a qualificar cada vez mais a modalidade de educação professada na escola.

Trip (2005) considera útil se pensar também na modalidade ao se colocar em prática um projeto que utiliza pesquisa ação a fim de que se tome consciência das diversas formas e níveis de participação e maneiras de operar, garantindo-se um bom processo, principalmente ao se comparar resultados pretendidos com técnicas apropriadas de monitoramento. Assim sendo a nossa metodologia de pesquisa ação busca o viés da Pesquisa-ação política, pois tem no seu cerne a mudança de uma cultura institucionalizada e suas limitações que tem servido de obstáculos para uma gestão de escola verdadeiramente democrática. Segundo este autor:

Quando se começa tentar mudar ou analisar as limitações dessa cultura sobre a ação, é preciso engajar-se na política, porque isso significa trabalhar com ou contra outros para mudar “o sistema”. Só se pode fazer isso pelo exercício do poder e, assim, tal ação torna-se política. Naturalmente, há muitos tipos de poder e muitos modos de exercê-lo. Por exemplo, há o poder de conseguir fazer as pessoas trabalharem juntas, o poder de fazer coisas quando os outros não estão olhando, o poder de superar as objeções dos outros e assim por diante.(TRIP, 2005, p.457)

Outros dois autores, Kemmis e Mc Taggart (1988, apud ELIA e SAMPAIO, 2001, p.248), ampliam esta forma de entendimento do conceito de pesquisa-ação com as seguintes palavras:

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma auto-reflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa... (KEMMIS e MC TAGGART, 1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248).

A pesquisa ação-deve ser compreendida como uma prática reflexiva de ênfase social que se investiga e do processo de se investigar sobre ela.

Segundo Elliot (1997, apud GERALDI, FIORENTINI & PEREIRA, 1998 p. 137-152), a pesquisa ação é um processo que se modifica continuamente em

espirais cíclicas de reflexão e ação, onde cada espiral inclui: evidenciar e diagnosticar um problema a ser solucionado, criar e desenvolver estratégias e avaliá-las.

O que torna esta metodologia de pesquisa única é o fato de que o pesquisador não está fora da pesquisa e sim é parte da mesma, e para tanto os pesquisadores devem ter a flexibilidade suficiente para aceitar não só as diferentes opiniões dos demais participantes, como o resultado que possa surgir da experiência coletiva.

É importante que no decorrer da pesquisa haja momentos para se revisar a estratégia desenvolvida e se necessário refazer a ação e assim se prosseguir a cada nova situação apresentada.

Com a finalidade de aclarar a situação-problema, ao final do ano passado se encaminhou junto à avaliação institucional um item que tinha por objetivo considerar a participação das famílias pela ótica dos diferentes segmentos. Após a tabulação os dados apontaram o seguinte resultado mediante a pergunta “Você considera que as famílias participam da escola?”

O segmento pais percebeu essa participação da seguinte forma:

24% sim há participação das famílias na escola;
57% em parte há participação das famílias na escola;
19% não há participação das famílias na escola.

Já o segmento alunos referiu a participação da família assim:

34% sim há participação das famílias na escola;
32% em parte há participação das famílias na escola;
34% não há participação das famílias na escola.

O segmento professor em sua maioria não considera as famílias participativas das e nas atividades da escola.

O presente Projeto de Intervenção foi deflagrado em conjunto com as famílias dos alunos da Escola na primeira reunião de pais com a equipe diretiva do ano de 2015. Foi um sábado onde houve a participação de um grande número de pais, neste momento a equipe diretiva foi apresentada às famílias, se discutiu com estas famílias as normas de convivência para o ano letivo, se ouviu sugestões das famílias a fim de aproximar os interesses e a relação escola família, a direção e a supervisão escolar reapresentaram a proposta de se formar a comissão de pais representantes e colaboradores da Escola, onde neste momento oito pessoas entre pais, mães e avó se colocaram com o desejo de participar desta comissão, se acordou a data e o horário da primeira

reunião da Comissão para a quarta-feira seguinte no horário das 14h a fim de se estabelecer a forma de atuação da mesma.

Durante a semana houve mais duas mães que não haviam participado da reunião, mas sabedoras da proposta da comissão, foram até a Escola para pedir para participar também da mesma e no dia e hora combinada da primeira reunião estavam presentes no grupo que das oito pessoas iniciais se reduziu a quatro pessoas, com a adesão das duas mães que se juntaram ao grupo, se deu início a comissão com seis mães de alunos. Estas pessoas discutiram neste primeiro encontro sobre muitas situações que do seu ponto de vista consideraram preocupantes. Começaram por elencar os problemas e os pontos onde gostariam de atuar a fim de buscar soluções e ou atenuar os problemas.

Em meio às discussões concluíram que não há como resolver tudo ao mesmo tempo, então se decidiu, no primeiro momento, priorizar um ponto de ação e como semanalmente nos reuniríamos a fim de avaliar a estratégia adotada e planejar a próxima semana. Denominaram-se “Mães Amigas da Escola”, foram confeccionados crachás de identificação destas mães, que a partir de então passaram a ter acesso liberado na Escola. As reuniões são registradas em atas a fim de organizar e legitimar as ações.

O ponto que consideraram nevrálgico dentre os problemas elencados foram os 20 minutos diários de recreio nos dois primeiros turnos da Escola.

No turno da manhã devido ao grande número de adolescentes que desrespeita as regras da Escola e os funcionários que são destinados a “cuidar” o recreio, visto que as áreas abertas da escola são muito grandes e descentralizadas, oportunizando muitos lugares “ocultos”. Também há uma situação que se criou pelas adolescentes da Escola que é a de frequentar o banheiro masculino, apesar de se colocar um funcionário em frente a cada uma das portas, mesmo assim elas desrespeitam os funcionários com palavras obscenas enfrentam e “invadem” em grupos o banheiro masculino. Os funcionários por sua vez sentem-se intimidados com esse comportamento agressivo das adolescentes e temem reagir e isso lhes causar complicações.

No turno da tarde o problema do recreio se pronuncia devido ao grande número de crianças correndo desordenadamente pelo pátio, se jogando objetos como pedras ou pedaços de galhos que caem das árvores, o pátio é muito arborizado (incluindo nogueiras com mais de 50 anos), bem como os

desentendimentos que se criam entre eles durante o recreio e que culminam em agressões físicas.

As MAE (Mães Amigas da Escola) se dividiram por turnos e combinaram que estariam presentes diariamente durante os quatro dias nos recreios da Escola. No turno da manhã duas mães se comprometeram a evitar o trânsito das meninas no banheiro dos meninos, fazem a abordagem das mesmas, se apresentam como Mães Amigas da Escola e conversam com elas sobre a inadequação do comportamento.

No turno da tarde, duas outras mães decidiram auxiliar aos funcionários circulando pelo pátio a fim de evitar que acidentes aconteçam. As outras duas pessoas não assumiram compromisso com ações práticas, disseram que quando fosse possível viriam auxiliar as quatro mães que se comprometeram diretamente, mas se disponibilizaram a participar das reuniões para auxiliar no plano das ideias.

Na reunião de avaliação, da primeira semana, trouxeram suas impressões; as mães que atuam com o grupo de adolescentes, relataram sobre a dificuldade em lidar com a situação de desafio e desrespeito que enfrentaram, mas se mostraram dispostas a continuar. Aquelas que atuam com os menores no turno da tarde apontaram para a necessidade de ter atividades para as crianças durante o recreio a fim de minimizar a correria pelo pátio.

Decidiram que na semana seguinte abririam a pracinha e se responsabilizariam por organizar as crianças neste espaço, visto que a Coordenação de Turno da Escola já organiza as quadras de esporte durante o recreio, mas, mesmo assim, ainda há muita criança sem atividade dirigida pelo pátio, o que na visão das mães propicia os conflitos e os acidentes.

Elas vêm se organizando e participando diariamente deste momento da Escola, e buscam conversar com outras mães a fim de conseguir mais algumas adesões para esta comissão, pois anseiam por atuar em outras pontas, mas estão em número reduzido ainda. Uma delas ampliou a sua área de atuação, se fazendo presente também nas entradas e saídas do turno da tarde, para auxiliar na organização das filas e na entrega das crianças menores aos pais e/ou aos transportadores das “Vans escolares”, bem como para se tornarem uma referência para seus pares, elas conversam com outras mães e se coloca a disposição para intermediar alguma reivindicação destas famílias com a

Escola, bem como levar o problema para ser discutido na reunião semanal da Comissão.

Na reunião da Comissão da MAE (Mães Amigas da Escola) durante a reflexão e avaliação da caminhada do grupo que está fechando um mês de atuação, avaliou-se que o grupo teve pouco êxito na busca de novas adesões, pois não conseguiram aumentar o número de integrantes, mas não se desmotivaram, buscaram alternativas para o problema do recreio do turno da tarde, as mães que atuam no turno da manhã cooptarão alguns adolescentes para que no turno inverso (tarde) se tornem monitores do recreio sob a responsabilidade das mães que atuam no turno da tarde.

Uma das participantes da MAE possui curso de locutora de rádio e ampliará sua participação na Escola auxiliando a professora responsável pelo Projeto de Mídias da Escola, este projeto possui uma atividade de rádio durante os recreios, mas quando a professora não está a rádio não acontece, o grupo de mães avaliou como positiva a rádio durante o período do recreio e a cobertura de algumas atividades dos sábados letivos, o que motivou esta mãe colaboradora a desejar se integrar no Projeto e assumir estas atividades quando a professora estiver ausente ou não puder fazê-lo por estar envolvida em outra atividade da Escola.

Esta ação prevista no PI segue a metodologia da Pesquisa ação, onde as pessoas implicadas na situação estabelecem uma relação para atuarem conjuntamente, tendo como objetivo mudar uma situação-problema. Thiollent (2011) afirma que:

[...] uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática, merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. (THIOLLENT, 2011. P.21)

As participantes dessa pesquisa ação (grupo de mães e Escola) estão envolvidas de modo cooperativo e/ ou participativo. A pesquisa-ação supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico entre outros. A sua utilização como forma metodológica possibilita as participantes condições de investigar sua própria prática de uma forma crítica e reflexiva. Nela estão envolvidos pesquisadores e pesquisados e todos estão envolvidos na solução de problemas e na busca de estratégias que visam encontrar soluções para os problemas.

As ações concomitantes as da comissão de mães, se deram na participação da comunidade durante os sábados letivos com atividades integradoras sob a coordenação do setor cultural da Escola, onde tem havido uma aproximação entre as famílias, os alunos e os professores, através de um fazer em conjunto, onde todos participam de atividades tanto de lazer como o jogo de pais que fechou o primeiro sábado letivo da Escola, quanto de trabalho solidário como o mutirão com as famílias para revitalizar os espaços da Escola.

Numa atuação mais sistemática na participação da família na Escola, se deu no período de eleição do Conselho Escolar, ao final do mês de maio do corrente ano, após a abertura do edital, muitos pais se colocaram como candidatos para este segmento, e as mães que já estavam atuando no grupo das MAE, foram eleitas pelos seus pares para a partir deste espaço ampliarem a sua participação, agora diretamente comprometidas com a gestão da Escola.

De forma bem significativa e diferente do Conselho anterior, os novos Conselheiros elegeram como presidente do CE uma professora e como vice-presidente um pai de aluno, buscando um equilíbrio neste espaço.

Assim que o Conselho assumiu, no início do mês de junho, já tiveram que se reunir e assumir uma tarefa muito importante, que foi a de reorganizar o calendário escolar, que ficou comprometido em decorrência da greve dos professores. Em meio as propostas que surgiram, os pais defenderam seu posicionamento perante os demais segmentos de forma coerente e mesmo não conseguindo aprovar perante a maioria do grupo a proposta de calendário que lhes era do desejo, aceitaram quando os professores e os alunos convergiram seus votos para a proposta oposta a ensejada pelos pais.

Aqui se evidencia uma das características da pesquisa-ação: colaboração e negociação entre os integrantes da pesquisa, visto que o aspecto inovador da pesquisa-ação se deve principalmente a três pontos: caráter participativo, impulso democrático e contribuição à mudança social.

Atualmente os pais estão engajados com a Escola numa frente de combate a infrequência, pois há um número muito grande de alunos infrequentes, inclusive crianças da educação infantil e dos primeiros anos, o que se conclui que é necessário averiguar o motivo pelo qual as famílias não estão levando seus filhos para a Escola, pois estes diferentemente dos adolescentes, são levados para a Escola pelos seus pais.

O grupo de pais e mães do Conselho Escolar comprometeu-se com a CEI (Comissão de Enfrentamento a Infrequência) que se formou na Escola a

fim de atuarem juntos desenvolvendo estratégias de resgate desses alunos para a Escola.

Sabendo de acordo com Franco (2005, p.484-485) que a pesquisa ação tem por finalidade a mudança de comportamentos dos envolvidos, através de um processo cíclico de ação-reflexão e sendo esta mudança pautada pelos princípios da ética e da democracia através do reconhecimento de seus direitos onde uma das principais características é a imprevisibilidade de suas estratégias, acredito que resultados de relevância significativa desta pesquisa se encontrarão no porvir.

É preciso considerar:

[...] a pesquisa-ação, para bem se realizar, precisa contar com um longo tempo para sua realização plena. Não pode ser um processo aligeirado, superficial, com tempo marcado. A imprevisibilidade é um componente fundamental à prática da pesquisa-ação. Considerá-la (a imprevisibilidade) significa estar aberto para reconstruções em processo, para retomadas de princípio, para recolocação de prioridades, sempre no coletivo, por meio de acordos consensuais, amplamente negociados. A pressa é um pressuposto que não funciona na pesquisa-ação e se estiver presente conduz, quase que sempre, a atropelamentos no trato com o coletivo, passando a priorizar o produto, e tornando mais fácil a utilização de procedimentos estratégicos que vão descaracterizar a pesquisa. (FRANCO, 2005 p. 493)

4. AÇÕES ANALISADAS

4.1. Levantando o Problema: No segundo semestre do ano passado, instigada pelo curso de especialização em Gestão Escolar da UFRGS, sentiu a necessidade de trazer a tona a grande questão que de uma forma ou outra também aparecia na fala do corpo docente da Escola, como sendo responsável por muitas situações de frustração no contexto escolar, que é a relação família X escola, como se ambas as instituições estivessem em lados opostos e com objetivos e expectativas completamente diferentes em se tratando de escolarização. Nesse viés de argumentação nos apoiamos em Polonia & Dessen:

“a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social”. (2007 p.22)

No primeiro momento a pesquisadora precisou sensibilizar a equipe diretiva para a questão, visto que se tratando de uma pesquisa-ação a cooperação, participação e envolvimento por parte deste grupo foi e precisa

continuar sendo primordial, além do que há que se ter um problema que manifeste a real necessidade de intervenção investigativa. Thiollent salienta que:

[...] uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática, merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. (THIOLLENT, 2011. p.21)

O espaço escolhido para esta sensibilização foi os das reuniões semanais onde a equipe planeja em conjunto suas ações para os próximos dias e ou semanas de acordo com a demanda. Nestes momentos houve opiniões contrárias que acreditavam que franquear a escola para a comunidade, mesmo inicialmente na pessoa dos pais dos alunos seria aumentar a gama de problemas que a escola já tem, pois teríamos que lidar com a desinformação aliada com a boa intenção e que se criariam situações de exposição e até de conflitos entre pais e professores e até mesmo das famílias entre si. Também houve a preocupação com a segurança, pois como a Escola está inserida em uma comunidade complicada com relação ao tráfico de drogas e há muitos alunos que estudam na escola e pertencem às famílias envolvidas com esta atividade ilícita e pertencentes a facções rivais, o que na opinião de algumas colegas de equipe seria arriscar assumir situações que não conseguiríamos controlar.

Em meio aos diferentes e semelhantes argumentos que foram surgindo no espaço da reunião onde a pesquisadora colocava o assunto em pauta, pouco a pouco foi conseguindo demover os obstáculos, visto que a proposta estava fundamentada nos princípios da gestão democrática, no PPP da Escola que na época estava em fase de correções demandadas pela mantenedora e por transparecer com alguma frequência na fala de alguns professores.

A estratégia seguinte foi incluir na pesquisa de avaliação institucional que as famílias e os professores respondem semestralmente um item que servisse como termômetro do grau de satisfação com relação a participação das famílias na Escola. A pesquisa por si só já deu uma ideia sobre esta participação visto que foi solicitada aos pais que as respondessem inicialmente em um sábado letivo do calendário escolar denominado o segundo sábado da família na escola, visto que o primeiro sábado da família na escola acontece no mês de maio (em alusão ao dia das mães), o segundo no mês de agosto

(referência ao dia dos pais). Os pais presentes nesta festividade foram convidados a responder a pesquisa. O retorno foi parcial, alguns se recusaram a responder, devolvendo-a em branco, outros sequer se deram o trabalho de devolver, mas os que devolveram trouxeram contribuições significativas dando opiniões sobre as diferentes questões abordadas na avaliação e até algumas sugestões como, por exemplo, convocar os pais para ajudar a pintar a escola nos finais de semana; reunião de pais no turno da noite ou no final de semana. No item que perguntava sobre a disponibilidade para participar mais das atividades pertinentes a Escola, pouquíssimos se colocaram dispostos, a maioria colocou a falta de tempo como argumento para não se comprometer com o convite.

A equipe analisando esta pouca contribuição demandada deste momento, visto que havia poucos pais presentes neste dia, na Escola que os convidara para assistir algumas apresentações de alunos, tomou a decisão de enviar a todas as famílias, a pesquisa, a través de seus filhos, pois os alunos e os professores já haviam respondido na Escola durante a semana anterior.

O retorno também não foi muito, se comparado com o número de alunos que a Escola atende, mas eram os dados que se conseguiu, portanto iniciamos a tabulação destes dados que revelaram que as famílias, os professores e os alunos tinham opiniões bem divergentes no que diz respeito a essa participação. As famílias em sua maioria entendiam que participavam positivamente das questões referentes a Escola, já os professores e os alunos concordavam que esta participação era insatisfatória.

Com os dados da pesquisa a estratégia seguinte foi fazer a devolutiva da totalidade da pesquisa para o coletivo de professores durante uma reunião pedagógica semanal e discutir com eles as questões polêmicas incluindo a que tangia a participação da família na Escola, este foi o momento que detonou a discussão no coletivo de professores, coletivo este muito grande, pois se constitui por volta de noventa e sete docentes, distribuídos nos três turnos da Escola, a partir de então foram também usadas as reuniões pedagógicas para se pensar coletivamente ações que aproximassem mais as famílias do ambiente escolar.

Os professores inicialmente tinham apenas a visão focada na participação em atividades de cunho cultural e festivas. Aos poucos foram

ampliando este leque de possibilidades de participação, os pais foram convidados a se envolver em atividades junto com os professores e seus filhos em mutirões de revitalização do espaço escolar. A ideia era de que estas pessoas que se dispuseram a se integrar nesta proposta se apropriassem aos poucos deste espaço, não só do físico como do espaço de cidadania que estariam a exercer paulatinamente.

Os professores mobilizados pela ideia de aproximar cada vez mais estas famílias da realidade escolar propuseram ao final do ano de dois mil e quatorze, que o Conselho Escolar aprovasse um calendário para o ano seguinte repleto de atividades onde as famílias tivessem inseridas de alguma forma.

No início do ano corrente, na primeira reunião de pais que abriu o ano letivo, já havia a intenção na fala de todos os representantes da Escola que desejavam ampliar a parceria com as famílias da Escola e que esta comunidade era muito bem-vinda neste espaço. Essa investida tem por base o que diz Paro sobre o problema da participação da comunidade:

Outro aspecto importante do problema da participação da comunidade na escola, e que requer medidas corajosas refere-se ao provimento de condições para que os membros das camadas exploradas participem da vida escolar. Não basta permitir formalmente que os pais dos alunos participem da administração da escola; é preciso que haja condições materiais propiciadoras dessa participação (PARO, 2008 p.13)

Neste mesmo dia, deu se início a uma mobilização para se formar uma comissão de representação destas famílias dentro da Escola. Inicialmente não havia uma clareza das funções que esta comissão teria, mas, mesmo assim, houve muitas pessoas que se dispuseram a integrá-la. Enquanto pesquisadora entendo que o primeiro passo foi dado, o problema era de todos e a ideia de solucionar a questão havia sido comprada por todos.

4.2. Atuando no foco do problema: Enquanto equipe gestora, acreditávamos que tínhamos encontrado o caminho e que a partir de então as coisas transcorreriam conforme o idealizado no quadro de intenções de ações propostas no Projeto de Intervenção. Enquanto pesquisadora e envolvida diretamente no processo, a luz de Libâneo (2004) acredito que a participação da comunidade é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de todos:

[...] tanto no processo de tomada de decisões quanto no funcionamento e na organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento de

objetivos e metas, estrutura e organização de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação. (LIBÂNEO, 2004, p. 102)

Foi agendada através dos telefones deixados pelos interessados em participar a primeira reunião para se constituir a comissão de pais representantes, houve poucas pessoas que compareceram e destas mais poucas ainda se comprometeram. Conforme relatado na metodologia, foi proposto as pessoas presentes que trouxessem para o grupo suas impressões sobre a Escola, apontassem pontos negativos ou preocupantes e se pensasse em conjunto sugestões para corrigi-los.

Tivemos uma catarse onde todas (nenhum homem se fez presente) tinham muitas coisas a colocar, a pesquisadora foi elencando o que identificavam como um problema a espera de solução. Por fim havia uma gama de situações, elas concluíram que teriam dificuldade em dar conta de tanta coisa e que precisariam eleger prioridades, também se combinou que era importante que este grupo se encontrasse periodicamente para avaliar a atuação e refletir sobre as próximas ações, visto que atuariam em turnos diferentes, conforme a disponibilidade de cada uma.

No decorrer da semana foram se apresentando e realizando as atividades que se propuseram a fazer dentro do grupo, já na primeira semana surgiram mais duas colaboradoras, que se mantiveram no grupo até então, pois das oito mães que iniciaram somente a metade se manteve.

O grupo foi apresentado a Escola e estas mães possuem entrada franca em todos os espaços da Escola, emitem opinião e tomam decisões de forma colaborativa com as situações problemas que identificam pela frente. Quando necessário buscam a equipe gestora e dividem suas angústias e ou apresentam sugestões como porta-voz das demais famílias. Estão presentes em todas as atividades da Escola, até mesmo nas saídas de campo das turmas. Constituíram-se como uma referência para os alunos que as chamam de “tias” e estão aprendendo a respeitá-las como integrantes aos adultos da Escola com responsabilidade de postura educadora e aos demais pais, que as procuram para tirar dúvidas e buscar informações sobre o dia a dia da Escola. Temos a impressão que de alguma forma estas pessoas estão resgatando a confiança de seus pares na Escola, pois se veem representados através delas atuando e zelando por seus filhos.

Até mesmo aquele grupo de professores que inicialmente se mostrou contrário à atuação dessas mães no dia a dia da Escola, já emite opiniões positivas, elogiando a parceria que é séria, respeitosa e comprometida.

4.3. Exercitando o direito a cidadania: Ao avaliar os caminhos que foram percorridos desde a primeira reunião que levantou a questão sobre como, enquanto instituição precisávamos nos aproximar das famílias até o momento de se ter mães todos os dias circulando livremente pela escola com postura de que também são parte desta escola e se sentindo responsáveis pelo que acontece nela, com a satisfação dos professores nesta convivência saudável. Acredita-se que demos um grande salto, ainda no primeiro semestre deste ano, se verificou um número bem maior de famílias participando das atividades integradoras que foram propostas no calendário.

Em permanente reflexão durante o processo e, portanto, com base na citação de Franco: “[...] a pesquisa-ação deve partir de uma situação social concreta a modificar e, mais que isso, deve se inspirar constantemente nas transformações e nos elementos novos que surgem durante o processo e sob a influência da pesquisa”. (2012, p.486)

Diante de novas situações que não estavam prevista como a greve dos municipais que teve adesão parcial por parte dos professores da Escola, foi compreendida pela comunidade, pois a Escola contou com a mediação feita por este grupo para com algumas famílias que foram diretamente atingidas pela ausência de atividade escolar de algumas turmas, onde os professores não estavam presentes em decorrência da adesão a greve.

A Escola sofreu um episódio de agressão a uma professora por parte de uma mãe de aluno, situação esta que fez com que a professora abandonasse a Escola e a turma ficasse sem regência. Grande parte das famílias apoiou a professora e se mostraram revoltadas com a atitude da mãe agressora, em muitos momentos buscaram a Escola para demonstrar solidariedade com relação ao ocorrido e apoiando as medidas adotadas pela Escola com relação ao fato.

Acredita-se que chega o momento de qualificar ainda mais a atuação das famílias na Escola e o momento que propiciou esta intensificada foi as eleições para o novo Conselho Escolar. Abriu-se o edital de inscrições para os quatro segmentos, o histórico da Escola tem como experiência que o segmento

pais é quase inexistente, primeiro por que não se consegue candidatos, ninguém se habilita espontaneamente, e os que são compelidos por parte da direção a candidatarem-se a conselheiros, não participam da forma esperada. Muito provavelmente situações como estas estejam diretamente relacionadas com uma das questões abordada por Paro que: “[...] refere-se ao constrangimento que muitos pais das camadas menos favorecidas sentem em lidar com pessoas com nível escolar superior ao seu, o que as coloca em desvantagem nas discussões do conselho de escola e outras” (PARO, 2007, p.15).

Estava na hora de mudar este cenário e as condições eram bem apropriadas, pois havia pessoas desse segmento que estavam bastante ativas no interior da Escola.

Quando convidadas a se inscreverem como candidatas a Conselheira do CE, inicialmente se assustaram com ideia, pois uma coisa é estar comprometida informalmente, outra coisa é o comprometimento legal, de fato, de direito e de dever. Os momentos de reflexão foram usados para se discutir sobre essa participação numa escala mais ampliada, suas implicações e o quanto representa um envolvimento direto na gestão de uma escola.

Ainda temerárias aceitaram mais este desafio juntamente de outros pais que surgiram para compor esta representação no C.E, após a apuração, o que não foi surpresa, as três mais votadas foram estas que já vinham atuando efetivamente na Escola.

Dentro deste Conselho optaram pela divisão equilibrada das forças coordenantes, pois a presidência foi centrada na pessoa de uma professora, por entenderem que esta estaria mais disponível para atender as necessidades burocráticas mais imediatas do que um pai que poderia não conseguir atender o imediatismo de alguma situação extraordinária por ter também seus compromissos profissionais e estes fora dos muros da Escola. Mas acordaram que a vice-presidência seria do segmento pais, quebrando a hegemonia do segmento professor que em gestões anteriores assumia as duas posições.

Antes mesmo de se apropriarem de seus papéis nesse novo espaço, já tiveram que tomar uma decisão muito importante, que foi a de reorganizar o calendário escolar em decorrência da greve, visto que os dias letivos e a carga horária perdida precisavam ser repostos aos alunos mantendo a mesma

qualidade esperada no calendário anterior. No espaço do Conselho escolar discutiram as orientações da mantenedora, em um determinado período de tempo consultaram seus pares e na semana seguinte voltaram a se reunir para decidir a questão, cada segmento apresentou sugestões e considerações, os pais participaram ativamente das discussões, e as mães pertencentes ao grupo MAE e que acumularam as funções de conselheiras no espaço do CE se mostraram bem à vontade nas discussões, pois disseram que conhecer o cotidiano da escola as deu mais segurança nos argumentos.

Apesar de neste primeiro “embate” os pais não conseguirem aprovar o calendário desejado, pois o conselho além dos professores também agrega a representação dos alunos e funcionários, se bem que os funcionários estão em extinção nas escolas públicas (os serviços são terceirizados por empresas e estes não podem compor o CE, apenas os pertencentes ao quadro dos servidores) são poucos dentro do CE, só temos dois. Os alunos e professores juntos direcionaram seus votos para a mesma proposta e assim venceram a questão.

Mas o importante de tudo isto é o aprendizado do exercício da cidadania, é através da ação prática ir adquirindo a consciência de que a escola é um bem público e pertence a comunidade local, portanto somos parte desta comunidade e temos que assumir o nosso papel, isto não é só uma questão de direito, mas também de dever. De acordo com Cury:

Mudar a concepção de pertença do bem pública e essencial para o efetivo exercício da cidadania, que se fundamenta na autonomia e na participação, como exercício de poder, e ambas, por sua vez, fundamentam o princípio da gestão democrática da educação pública. (CURY. 2005 p.10)

Atacando em todas as frentes e unindo forças, estes pais estão atuando também no combate a infrequência que surgiu como uma nova demanda, a ser atendida e já estão se reunindo e pensando estratégias para se integrarem e colaborarem com a CEI (Comissão de Enfrentamento a Infrequência) que se instaurou na Escola por determinação da mantenedora.

Pensando no viés da pesquisa-ação aqui se evidencia uma investigação social que segundo Thiollent: “[...] é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. (2005, p. 16)

5. CONSIDERAÇÕES:

Ao registrar as ações praticadas no decorrer desta pesquisa para elaborar este relatório, não fui capaz de realizar uma análise desvinculada da subjetividade da pesquisadora, visto que cada linha relatada evocava em minha memória as emoções vivenciadas naquela situação, pude entender o quanto o pesquisador está diretamente implicado no processo de Pesquisa-ação, pois há muitos momentos que não há clareza onde o papel de pesquisador termina e começa o de participante e vice-versa.

Por isso não é possível ser categórica e fazer afirmações determinantes sobre o processo pesquisado, visto que estas nesse momento se apresentam sob a ótica de quem está implicada no processo de pesquisa, portanto são as minhas impressões, sem a pretensão de produzir alguma “verdade absoluta” sobre o tema pesquisado, somente emitir as minhas considerações sobre o que vivenciei.

Tendo como princípio que ambas as instituições escola e família, constituem dois contextos fundamentalmente importantes para o pleno desenvolvimento dos indivíduos, por isso precisam manter uma relação estreita e afinada com os seus ideais de educação, sinalizo que essa relação deve ter por base o respeito e o direito legal de participar e se comprometer com a qualidade de educação oferecida para as crianças dessas famílias.

Essa relação se caracteriza pela colaboração, envolvimento, comprometimento e corresponsabilização de ambas as partes, através dos diferentes mecanismos de participação que devem ser estruturados para possibilitar esta participação.

A interação desses dois contextos de uma forma tão direta desafia as tradicionais formas de gestão escolar, que estão calcadas no autoritarismo e no corporativismo. Há a necessidade de se compreender este novo modelo de gestão que deve ter por base a democracia, compreendendo que a escola e a educação são bens públicos e, por tanto, se tratando de escola pública é indispensável que sua gestão tenha a participação do público para o qual destina seus serviços.

A Escola pública deve construir sua identidade e estabelecer suas metas junto com sua comunidade, são as famílias que devem apontar o modelo de

escola desejado para seus filhos, que padrão de qualidade atenderá as necessidades dessa comunidade onde a escola está inserida, pois é para estas pessoas que o serviço público está sendo oferecido e portanto estes não podem ficar de fora das decisões da escola, pois estas implicam diretamente no desenvolvimento das crianças e por conseguinte na vida de suas famílias.

Na minha realidade de escola ainda não acontece a participação das famílias no nível desejado, com consciência crítica sobre o lugar que lhes é de direito dentro dos diferentes espaços da Escola, e entendo que não é honesto atribuir esta falta de participação à responsabilidade apenas das famílias como se estas fossem desinteressadas pela escola de seus filhos. E tão pouco é correto culpabilizar as pessoas da Escola pelo afastamento das famílias.

É evidente que quando não temos consciência de nossos direitos, não encontramos os meios de exigí-los, da mesma forma que quando por muito tempo se fez parte de um sistema que não prioriza esta relação de forma interativa; fica muito difícil de uma hora para a outra quebrar estes muros e estabelecer parcerias. Mas entendo que a partir do momento que vivemos um novo paradigma e que o modo de ver a educação aponta para um novo modelo e que este tange as relações interpessoais e nestas se inclui a relação família-escola, cabe a esta última criar os mecanismos a fim de favorecer e ensinar a família a ocupar o seu lugar dentro da instituição escola, e sendo esta pública deve ter não apenas a representação, mas principalmente a participação ativa da família dentro da gestão escolar.

Ampliando a minha visão gestora, acredito que a participação da família na gestão escolar precisa estar garantida dentro do PPP da Escola, tendo como ponto de partida o envolvimento das famílias com a sua construção e estruturando-o de forma que todos os envolvidos, isto é que a comunidade escolar: diretor, equipe diretiva, professores, alunos, pais, funcionários e comunidade externa tenham espaço de participação na gestão sem a necessidade de haver uma centralização hierárquica determinante, mas sim que os movimentos e decisões dentro da Escola possam ser geridos através do diálogo, de acordos e responsabilidades compartilhadas entre estes diferentes sujeitos. E o diretor ocupando o lugar do mediador entre estes diferentes segmentos, aproximando cada vez mais os representantes dos representados.

É possível que a família ainda não saiba por onde, nem como começar a ocupar este papel de cogeradora da escola de seus filhos, mas por ser uma instituição educadora, cabe à escola abrir também o espaço de aprendizagem e juntas afinarem os objetivos e as ações para que esta participação atinja o nível pretendido: da cogestão e, por conseguinte da corresponsabilidade pelos feitos da/ na escola sempre orientados para a promoção de uma educação de qualidade para nossas crianças.

Sabe-se que não há uma receita pronta para esse processo, cada realidade é singular, mas se existe vontade de fazer acontecer, certamente as oportunidades se apresentarão fazendo com que todo o movimento dentro da Escola convirja para essa realização, visto que a gestão democrática na escola pública é um processo de aprendizado coletivo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública, Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania, Brasília, 2004.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96.

CARNEIRO, M. A. LDB fácil: Leitura crítico compreensiva artigo a artigo (9a ed.). Petrópolis: Vozes, 2003

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e Contradição. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. O Princípio da Gestão Democrática na Educação. Gestão democrática da educação pública, Ministério da Educação. Brasília, 2005.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. São Paulo, 2005. Artigo disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902005000200006>.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005

FREIRE. Paulo, Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

PACHECO, José. PACHECO, Maria de Fátima (org.) A Escola da Ponte sob múltiplos olhares: palavras de educadores, alunos e pais. Porto Alegre, Penso: 2013.

PARO, Vitor Henrique. Estrutura da Escola e Prática Educacional Democrática. GT: Estado e Política Educacional / n.05, CNPQ, 30ª reunião anual da ANPED 2007.

_____. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ed. Ática, 2008.

POLONIA, A. da C. DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola relações família-escola, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>.

_____. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/paideia>.

SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). Formação a distância para Gestores da Educação Básica: Olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

THIOLLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VALENINE, L.D. Qual Cidadania? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 15. Fortaleza CE, 1995. O Professor necessário na construção da cidadania. Fortaleza, AEC, Jul. 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica: projeto político-pedagógico; educação superior: projeto político-pedagógico. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2004.